

**Da pesquisa social à educação sanitária:
A comunidade sob a lente das ciências sociais**

José Leandro Cardoso¹

A atuação de cientistas sociais na Seção de Pesquisas Sociais teve grande influência sobre o perfil adotado pela educação sanitária do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no período estudado. Ela foi responsável pela produção de estudos que deram subsídios às atividades de educação sanitária, sobretudo na formação de agentes de saúde e de visitadoras sanitárias, que atuaram nas residências de famílias, nas regiões em que foram implantados serviços e unidades de saúde. Essa seção, criada em 1953, teve a coordenação do sociólogo José Arthur Rios e contou com a consultoria de Kalervo Oberg e com a atuação dos cientistas sociais Carlos Medina e, posteriormente, Luiz Fernando Fontenelle. Os estudos desenvolvidos por esses pesquisadores tiveram influência dos ditos estudos de comunidades² e foram conduzidos de modo a implantar no país um modelo de saúde preventiva baseado na perspectiva de organização das comunidades assistidas. Esses cientistas³ tiveram formação em universidades norte-americanas⁴, por meio de bolsas de estudos oferecidas pelo próprio Serviço Especial de Saúde Pública, que também beneficiou a formação de médicos sanitaristas, enfermeiros e engenheiros sanitários.

A influência dos estudos de comunidade e o papel de sociólogos e antropólogos nos programas de saúde pública, em particular na Seção de Pesquisas Sociais do SESP, fomentou uma corrente de pensamento, que influenciou a educação

¹ Doutor em História das Ciências e da Saúde; Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ)

² Esta linha de pesquisa foi desenvolvida nos EUA e chegou ao Brasil ainda nos anos 40, trazida por pesquisadores como Donald Pierson, que atuaram na institucionalização das ciências sociais no país por intermédio da Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo.

³ Exceto Luiz Fernando Fontenelle, que teve sua bolsa concedida após sua atuação na Seção de Pesquisas Sociais.

⁴ A formação de cientistas sociais nos EUA e a vinda de pesquisadores norte-americanos para o Brasil como Charles Wagley, Kalervo Oberg, Donald Pierson e Scheper-Hughes contribuiu para consolidar o campo de estudos de comunidade no Brasil, influenciando não apenas o SESP, mas a formação de cientistas sociais que atuaram no Brasil em programas de assistência rural.

sanitária e sua maneira de atuação nas unidades sanitárias, ao levar em consideração os aspectos sociais e culturais do meio rural brasileiro. Essa lógica de entender para intervir, dominou a maneira como a educação sanitária foi implementada, bem como sua política de organização de comunidades, o processo de expansão da instituição nos anos 50.

Nesse cenário, o papel das ciências sociais foi o de promover a consolidação da educação sanitária como o foco principal do seu modelo de saúde pública, integrando as demais atividades e áreas de atuação do serviço em uma lógica global, informada pela perspectiva do desenvolvimento de comunidades. Tal perspectiva dotava o SESP de uma responsabilidade econômico-social e, ao mesmo tempo, lhe conferia razão de ser após o fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria. Portanto, esse modelo de atuação sanitária estava afinado com um direcionamento externo das políticas de fomento ao desenvolvimento de países como o Brasil – que naquele momento era caracterizado como subdesenvolvido – e, internamente, estabelecia sobre a educação sanitária e as ciências sociais sua base de implementação.

Estudar e desenvolver a comunidade

A política externa norte-americana associada a ações filantrópicas missionárias promovidas por instituições como a Fundação Rockefeller favoreceu um processo de interação de diversas áreas do conhecimento em países da América Latina na primeira metade do século XX (Ribeiro, 1991). Uma dessas áreas, com maior interesse para este estudo, foi a antropologia, que estabeleceu uma série sistemática de contatos entre instituições e agências norte-americanas e a realidade social das populações que viviam no chamado Terceiro Mundo (Escobar, 1998), como no caso brasileiro. A Fundação Rockefeller já havia se instalado no Brasil desde 1916, atuando, sobretudo, nas reformas sanitárias e campanhas nacionais e locais empreendidas entre as décadas de 1920 e 1940 (Ribeiro, 1991). Essa atuação abriu o campo para o desenvolvimento de ações cooperativas entre os dois países, nas áreas de educação, saúde, agricultura e ciências, entre outras.

Na área da antropologia, os primeiros estudiosos chegaram ao Brasil por volta dos anos 30, por meio de convênio que oferecia bolsas de estágio daquela fundação, fruto de acordo firmado entre o Museu Nacional e a Universidade de Columbia, que

tinha como foco oferecer treinamento a pesquisadores brasileiros e dar oportunidade para que antropólogos norte-americanos realizassem seus estudos etnológicos. Sob a tutela de Heloisa Alberto Torres, que estabeleceu contato com Franz Boas⁵ e Ralph Linton no esforço para que a cooperação existisse, Charles Wagley chegou ao Brasil acompanhando um grupo de antropólogos, formado por Ruth Landes, Buell Quain, William Lipkind, James Watson, Virgínia Watson, Yolanda Murphy e Robert Murphy. Esse grupo viria a contribuir para a criação de um campo de pesquisas e de influência da antropologia norte-americana no Brasil (Figueiredo, 2004).

A partir desse contato inicial, uma série de estudos sobre as manifestações culturais brasileiras foi realizada, contribuindo para a construção de um conhecimento maior sobre o país e para a formação de antropólogos brasileiros (Figueiredo, 2004). É interessante notar que esse grupo estava vinculado a uma corrente culturalista, liderada por Franz Boas, que combatia o evolucionismo racista e agia com independência em relação às ações governamentais. No entanto, seus adeptos integrariam, mais tarde, no contexto da Segunda Guerra Mundial e de combate aos governos ditos totalitários, as

⁵ Antropólogo, Franz Boas nasceu em 1858, na Prússia (Alemanha), e morreu em 1942, nos EUA. Começou por estudar física e geografia em Kiel, tendo apresentado, em 1881, uma tese de doutoramento na qual problematizava questões relacionadas com a psicofísica, questões essas que, posteriormente, viriam a estar na base da Psicologia Experimental. Após sua experiência como geógrafo, dedicou-se ao estudo da antropologia.

Segundo diversos autores, Boas foi o antropólogo mais influente de sua época e um dos mais importantes de toda a história da antropologia, tendo contribuído para sua consolidação como ciência, bem como para o nascimento do conceito moderno de Cultura, um dos principais objetos de estudo da área.

Franz Boas recusou sempre as especulações e as grandes sínteses demasiadamente redutoras, preferindo enfatizar a complexidade dos fatos. Numa época em que imperavam teorias explicativas baseadas na raça e na suposta superioridade de determinadas culturas, criticou severamente as concepções racistas que não se baseavam em nenhuma prova científica séria. Do mesmo modo, criticou as ideias evolucionistas da época que pretendiam reconstruir a história humana em fases rigorosamente distintas. Para ele, o fato de uma mesma técnica estar presente em vários pontos do globo não significava que as sociedades estivessem num mesmo estado de evolução.

Defendeu a necessidade de estudar a cultura como sistema coerente que possui sua própria lógica, sua própria autonomia, e estabeleceu como princípios fundamentais a análise dos dados biológicos, linguísticos, históricos e culturais.

Para além de se ter tornado uma das principais figuras da antropologia americana, Franz Boas influenciou profundamente outras ciências, como a etnologia, a geografia, a linguística e a arqueologia, bem como toda uma geração de antropólogos notáveis dois quais de destacam Rober Lowie, Alfred Kroeber, Edward Sapir, Ralf Linton, Margaret Mead, Ruth Benedict, entre outros.

É autor de imensa obra que cobre vasto conjunto de domínios da antropologia, da física, da linguística, da etnologia, dos mitos, das técnicas, etc.

Suas obras principais: 1911, *The Mind of Primitive Man*; 1927, *Primitive Art*.

ações empreendidas pelo governo norte-americano durante os esforços de guerra, por meio de acordos de cooperação bilaterais, como no caso do SESP, no Brasil (Campos, 2006).

As ciências sociais aplicadas ao modelo de saúde pública do SESP, nos anos 50, tinham um perfil particular. Pode ser percebida a influência norte-americana, sobretudo no campo dos estudos de comunidade, surgidos nos EUA por volta dos anos 20, e que passaram a ser implementados no Brasil nos anos 40, pelo sociólogo Donald Pierson⁶, que, entre outras atividades desenvolvidas no Brasil, foi responsável pela implementação de estudos de pós-graduação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (Lima e Chor, 2008). Por outro lado, aparecem as marcas da experiência do movimento “Economia e Humanismo” (do francês *Économie et Humanisme*), do padre francês Louis-Joseph Lebret⁷, que esteve diversas vezes no Brasil e foi encarregado da redação da Encíclica *Populorum Progressio*, durante o papado de Paulo VI. O responsável pelo diálogo entre essas duas perspectivas foi o sociólogo José Arthur Rios

⁶ Nascido em 1900, na cidade americana de Indianápolis, concluiu seu doutorado em 1939 pela Universidade de Chicago. Obteve renome internacional por meio de importantes estudos sobre raça e preconceito, sobretudo no Brasil. Na Escola Livre de Sociologia e Política (atual Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo), entre os anos 1940 e 1950, foi professor de Sociologia e Antropologia Social, além de coordenador de curso e editor de publicações de Ciências Sociais. A contribuição de Donald Pierson para as Ciências Sociais brasileiras é indiscutível e sua participação na ELSP levou a instituição ao reconhecimento internacional. Como pesquisador incentivou a pesquisa de campo e a abordagem interdisciplinar. Entre suas produções bibliográficas destacam-se “Teoria e Pesquisa em Sociologia” de 1945 e “Branco e Pretos na Bahia” de 1945. Faleceu em 1995. (texto do sítio <http://www.fespsp.org.br/75anos/meio-personalidades.html>)

⁷ Nasceu em Le Minihic-sur-Rance, Bretanha, em 1897 e morreu em Paris, em 1966. Ficou conhecido no Brasil como Padre Lebret, foi um economista e religioso católico dominicano francês, criador do centro de pesquisas e ação econômica “Economia e Humanismo”, em 1942, e de grande número de associações para o desenvolvimento social, em vários países do mundo, dentre os quais o IRFED - *Institut International de Recherche et de Formation, Éducation et Développement*, atual *Centre International Développement et Civilisations- Lebret-Irfed*, em Paris.

Nascido em família de forte tradição naval, descendente de Jacques Cartier, estudou na Escola Naval, formou-se oficial de marinha e participou da Primeira Guerra Mundial nas esquadras do Líbano. Deixou a marinha em 1923 para se tornar dominicano, sendo ordenado em 1928.

Foi um dos introdutores da preocupação com o desenvolvimento global dentro da Igreja Católica, entendido como desenvolvimento da pessoa e dos grupos sociais. Chamou a atenção da Igreja e do mundo ocidental para as questões do subdesenvolvimento e da necessidade de solidariedade com os países pobres. Atuou sobretudo no Líbano, Senegal, Benin, Costa do Marfim, Brasil, Colômbia, Venezuela e Vietnã do Sul. Com François Perroux, com quem colaborou, foi pioneiro de uma nova abordagem do planejamento territorial, relacionando as questões do meio físico-geográfico aos problemas do desenvolvimento.

Participou da redação de documentos conciliares como o *Gaudium et Spes*, e foi o inspirador da encíclica *Populorum Progressio* (1967), durante o pontificado de Paulo VI.

que, após sua passagem pela saúde pública, dedicou-se aos estudos sobre favelas (Valladares, 2005).

Cientistas sociais a serviço da saúde

A Seção de Pesquisas Sociais, que passou a funcionar em 1953, foi responsável pela realização de pesquisas que subsidiaram as atividades de educação sanitária, sobretudo no que se refere à organização de comunidades. Um dos responsáveis pela criação e manutenção desse braço do SESP foi o sociólogo José Arthur Rios. Essa seção marcou a introdução das ciências sociais na estrutura de saúde pública da agência, nos anos 50, de maneira sistemática. Rios trouxe sua experiência como coordenador da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em 1951, assumindo sua chefia e reunindo em sua equipe o cientista social Carlos Medina e, posteriormente, o antropólogo Luiz Fernando Fontenelle.

Entre as atividades desenvolvidas pela seção está a realização de inquéritos sobre comunidades, como o que foi levado a cabo em Aimorés (MG), por Fontenelle (1959), descrevendo traços da cultura local e apontando caminhos para a intervenção do SESP. A partir desses trabalhos, a Seção de Educação Sanitária reformulou sua estratégia de atuação e seu material educativo, passando a assumir o discurso das ciências sociais como forma de legitimação do seu trabalho. As pesquisas desenvolvidas pelo SESP tiveram, ainda, a influência de cientistas sociais norte-americanos (Figueiredo, 2004) como Kalervo Oberg⁸, que já havia realizado trabalhos no Brasil, como sua contribuição em pesquisas sobre as cidades de Colatina, Cameté e Chonin, e de Charles Wagley⁹.

⁸ A vinda do antropólogo canadense naturalizado norte-americano, foi noticiada na reportagem “Antropologista norte-americano colabora com o SESP”, publicada no Boletim do SESP, n. 32, fevereiro de 1953, p. 3. De volta ao país, reuniria-se, na nova oportunidade, com Orlando J. Silva diretor da Divisão de Educação Sanitária, Howard Lundy, consultor de educação sanitária do IAIA, Álvaro Pinto Simões, da Organização Sanitária e Walter Sanches, da Divisão de Engenharia Sanitária.

⁹ Visitou o Brasil pela primeira vez em 1939, por meio de uma bolsa de estágio da Fundação Rockefeller fruto de acordo entre o Museu Nacional e a Universidade de Columbia, que tinha como foco o treinamento de pesquisadores brasileiros e a oportunidade de antropólogos norte-americanos realizarem seus estudos etnológicos. Sob a tutela de Heloísa Alberto Torres, que estabeleceu contato com Franz Boas e Ralph Linton no esforço para que a cooperação existisse, Charles Wagley chegou ao Brasil acompanhando um grupo de antropólogos, formado por Ruth Landes, Buell Quain, William Lipkind, James Watson, Virgínia Watson, Yolanda Murphy e Robert Murphy. Esse grupo viria a contribuir para a criação de um campo de pesquisas e de influência da antropologia norte-americana no Brasil.

Como chefe da Seção de Pesquisas Sociais, Rios participou ativamente na promoção de cursos de formação e treinamento, na estruturação dos currículos e material teórico, na apresentação de palestras e na organização de eventos voltados para a discussão sobre a educação sanitária. Medina atuou como formulador de inquéritos sociais que subsidiaram atividades de educação sanitária, como no caso da avaliação do material didático produzido pelo SESP. Fontenelle focalizou seu trabalho na leitura da cultura popular e das tradições locais das comunidades assistidas. Destaca-se, ainda, a atuação de Nilo Chaves de Brito Bastos à frente da Seção de Educação Sanitária e a influência do SESP na reforma curricular do curso de saúde pública da USP (Candeias, 1988), que introduziu a educação sanitária - sob a ótica das ciências sociais.

Para se perceber o diálogo estabelecido entre as ciências sociais e a educação sanitária, serão abordados alguns elementos chave desse processo, como o perfil e a maneira de atuação dos cientistas envolvidos, com base nas entrevistas concedidas; artigos publicados no *Boletim do SESP*, na *Revista do SESP* e na *Atualidades Médico Sanitárias*; os relatórios de atividades do SESP; o relatório final do Seminário Nacional de Educação Sanitária; o folheto de avaliação de material didático; e os livros *Aimorés*, de Fontenelle, e *A Educação dos Grupos*, de Rios.

Entre os pesquisadores envolvidos na Seção de Pesquisas Sociais, José Arthur Rios e Luiz Fernando Fontenelle foram os que mais se destacaram na publicação de textos sobre a experiência do SESP. Rios se destaca por ter sido coordenador dos trabalhos da seção, além de ter participado da organização de cursos e eventos da área de educação sanitária. Fontenelle representa uma voz destoante na agência por ter tido uma trajetória conturbada no período em que prestou serviços à seção, produzindo e publicando uma pesquisa etnográfica que revelou traços importantes sobre o perfil de intervenção da agência. Por sua atuação na instituição esses pesquisadores sociais cederam as entrevistas que compõem o arquivo de fontes orais do projeto de pesquisa sobre sua história.

José Arthur Rios

José Arthur Rios nasceu em 24 de maio de 1921, no Rio de Janeiro. Foi aluno interno do Ginásio Bittencourt Silva, em Niterói, por três anos. Em 1936, ingressou no curso de museologia do Museu Histórico Nacional e, em 1937, fez o curso

complementar no Instituto de Educação de Niterói, durante dois anos. Em 1939, efetivou sua matrícula na Faculdade de Direito. No mesmo período, cursou ciências sociais na Faculdade Nacional de Filosofia, sendo obrigado a trancar por proibição do reitor, mas o retomando mais tarde. Trabalhou dando aulas no Colégio Santo Inácio e foi secretário de Tobias Monteiro na elaboração de *História do Império*, indicado por Américo Jacobina Lacombe, que também sugeriu sua contratação pelas Ursulinas para ministrar um curso de História Geral na Faculdade de Filosofia.

Com o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial, foi convocado para o Exército, quando perdeu seu emprego. Matriculou-se no Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva, do qual saiu diplomado. No mesmo período, ensinava História Geral e do Brasil no Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro e trabalhava na *Revista da Semana*, onde se tornou secretário entre 1942 e 1943, ano em que se casou com Regina Alves de Figueiredo, que conhecera no curso de ciências sociais. Mudou-se para Niterói, onde nasceu seu filho Jackson. Nesse período, atravessava um processo de conversão à Igreja Católica, por influência da esposa e de José Fernando Carneiro. Acompanhou as mudanças no comando da Igreja e das suas diretrizes. Defendeu a encíclica *Mater et Magistra*, publicada em 1961, como um documento sociológico, com a qual definiu os rumos de sua atuação profissional. Estimulado por uma nova sociologia, buscou bolsa de estudos nos EUA, por intermédio de Hilgard Sternberg, junto ao adido agrícola da Embaixada dos EUA no Brasil.

Durante sua permanência nos EUA, fez pós-graduação na Universidade Estadual da Louisiana, com o prof. Thomas Lynn Smith¹⁰. Após o fim do curso viajou para a Califórnia, onde conheceu Vinicius de Moraes, então cônsul do Brasil em Los Angeles. Na viagem de volta, em navio cargueiro, escreveu seus primeiros poemas. Tornou-se sociólogo rural em 1947, recebendo o título de “Master of Arts” em sociologia, na Louisiana. Publicou o texto “A imigração dos confederados norte-americanos no Brasil”, no *Boletim Geográfico* e na *Revista de Imigração e Colonização*, redigido nos EUA, onde foi publicado em versão preliminar.

Em 1945, retornou ao Rio de Janeiro, onde desenvolveu atividades de ensino e prática forense no escritório do advogado Adauto Lucio Cardoso, membro da UDN. Nos anos do pós-guerra, militou no movimento “Resistência Democrática”, do qual

¹⁰ Autor de *Brasil, povo e instituições*, de 1946, traduzido por Rios em 1967, pela ed. Bloch.

participava Carlos Lacerda e que precedeu a UDN, mais tarde ingressou no Partido Libertador, dissolvido pela ditadura de 1964. Atuou, ainda, nos jornais *Tribuna da Imprensa* e *Diário de Notícias*.

Voltou aos EUA, em 1948, para ministrar cursos na Universidade de Vanderbilt, em Nashville. O projeto de se encaminhar ao doutorado e fazer sua carreira acadêmica nos EUA foi interrompido pelo estado de saúde da mulher, em decorrência da perda de sua segunda filha. No mesmo ano, recebeu convite para trabalhar na FGV. Foi “precariamente” contratado para a função de analista de dados, junto com Accioly Borges, tendo permanecido por pouco tempo. A pedido do professor Mira y Lopez, ministrou o curso de Introdução à Sociologia no Instituto de Seleção e Orientação Profissional, subordinado àquela fundação.

Em 1950, fez sua primeira viagem à Europa para visitar o Centro de Treinamento l’Arbresle, perto de Lyon, coordenado pelo padre Lebret, definido por Rios como “cientista e reformador social, padre e apóstolo”. Com informações obtidas durante sua estada na Louisiana, com seus colegas mexicanos, sobre missões rurais, ingressou em um grupo de técnicos do Ministério da Agricultura que percorriam o interior do Brasil em um furgão, desenvolvendo atividades de educação rural, projetando filmes e distribuindo remédios, entre outras atividades.

Em meados de 1952, recebeu o convite do Professor Nelson Romero, diretor do Departamento Nacional de Educação, para organizar um serviço que atendesse ao discurso do presidente. Surgiu a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER).¹¹ Rios define os anos 50 como “fecundos em avanços educacionais e sociais que repercutiram nas organizações internacionais”. Seguindo essa agenda internacional, orientou as atividades do órgão: práticas agrícolas, higiene e saúde pública, artesanato e cooperativismo. Definiu seus educadores – professores, médicos, agrônomos e assistentes sociais – como “militantes do bem comum”, formados em centros de treinamento da CNER.

Em 1953, publicou o *Manual de Psicotécnica: psicologia aplicada ao trabalho*, derivado das apostilas desenvolvidas durante o curso do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (FGV). Suas experiências de educação em comunidades locais,

¹¹ Segundo o texto “A CNER: uma experiência em administração pública”, o autor define a data de criação da CNER em 1951.

tiveram como exemplos os padres João Beil e Eugenio Salles, importantes para a atuação da CNER, bem como a influência do padre Louis Joseph Lebret e de seu movimento de “Economia e Humanismo”, com a ideia de missão e de responsabilidade social de seus técnicos. Segundo o professor Rios, a campanha foi “uma grande escola”, “transformou o sociólogo pesquisador e de gabinete no militante voltado para as mudanças das estruturas sociais e a promoção humana”.

Após seu afastamento da coordenação da CNER – que posteriormente seria dissolvida durante o governo JK –, Rios ingressou no SESP, com o qual já havia trabalho em atividades conjuntas da campanha. Atuou junto ao setor de educação sanitária, organizando um setor de pesquisa social e apoiando os cursos de formação em colaboração com o professor Nilo Chaves de Brito Bastos. Como consequência desse trabalho, publicou o livro *A educação dos grupos*, em 1954, baseado na sua atuação no SESP¹².

Em 1957, foi aprovado em concurso para assessor do Senado Federal. Segundo Rios “a casa viveu período de rara independência e brilho, ofuscado pela transferência para Brasília”. Afirmou, ainda, ter sido “um dos primeiros sociólogos profissionais independentes”.¹³

Em 1958, em um seminário sobre reforma agrária, em Garanhuns, Pernambuco, defendeu a necessidade de mudanças nas estruturas fundiárias, que favorecesse a criação de uma classe média rural e minimizasse os efeitos da migração e favelização urbana, bem como o aumento da produção de alimentos. Disse ele: “Minha tese foi considerado por um jornal conservador do Recife como ‘comunista’”. (texto publicado). Rios argumenta que essa tese vinha sendo defendida por ele desde 1952, por influência do convívio com Lynn Smith, nos EUA. Foi defendida, ainda, no Ministério da Guerra, em 1964, na presença do, então, futuro presidente Castello Branco.¹⁴

Em 1958, em oposição à construção de Brasília e ao abandono da capital federal, o jornal *O Estado de São Paulo* encomendou uma pesquisa sobre as favelas do Rio de Janeiro. Utilizando metodologia lebreteana, a pesquisa foi desenvolvida em dois

¹² Publicou mais dois livros nos anos 50: o livro de versos *Guarda Noturno*, Em 1955; e a tradução do livro *Introdução à sociologia*, de Raymond Murray, pela editora Agir, em 1957.

¹³ Texto produzido por Rios com suas memórias. (21)

¹⁴ Rios cita dois trabalhos sobre o tema publicados em 1952 e em 1964: ==

anos, com “liberdade de critérios, métodos e movimentos”, como frisa o autor. Foi publicada em dois tablóides do “Estadão” e na *Tribuna da Imprensa*, em fascículos, repercutindo no Congresso Nacional. Rios teve uma postura crítica em relação ao desenvolvimentismo e à supremacia do econômico sobre o social, durante o governo JK. Argumenta que esse foi um período de decadência do SESP, desmembrado e subordinado ao Ministério da Saúde.

Em 1959, ingressou na política lançando sua candidatura a deputado federal, pelo Estado da Guanabara. Após o fracasso nas eleições recebeu convite, em 1960, para integrar o governo de Carlos Lacerda como Secretário de Assuntos Sociais, onde começou a atuar junto às favelas, colocando em prática sua experiência com mutirões¹⁵. A “Operação Mutirão” foi desenvolvida em associações de moradores criadas por ele. Após receber verbas do embaixador Lincoln Gordon, procedentes de um Fundo do Trigo e pressionado por interesses imobiliários para a remoção indiscriminada de favelas, foi demitido da Secretaria sem conseguir executar seu plano. No mesmo ano, iniciou o curso de Sociologia Religiosa para sacerdotes, a convite do cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, e produziu análises sociológicas das paróquias de Rio Comprido e de Olaria.

Entre 1961 e 1964, participou de um grupo liderado por Paulo de Assis Ribeiro, ligado à oposição democrática, responsável pela elaboração de projetos de lei contrários “à Legislação demagógica e comunizante do governo”, particularmente sobre reforma agrária e habitação popular. Desse trabalho teriam surgido, segundo ele, os embriões do Estatuto da Terra, do governo Castelo Branco, e o Banco Nacional de Habitação (BNH), mesmo que desvirtuados.

Rios descreve os anos 60, associando suas memórias às publicações da Igreja Católica: a Constituição Pastoral, de 1965, e a Encíclica *Populorum Progressio*, de 1967, assessorada pelo padre Lebrecht e afinada com os debates e a agenda internacional sobre desenvolvimento. A encíclica citava uma frase de Lebrecht, transcrita pelo autor em suas memórias. Dizia ela: “não se trata apenas de ter mais, e sim de ser mais”.

Durante os anos 60 e de 70, desenvolveu atividades na Sociedade de Pesquisas e Planejamento (SPLAN), fruto da implantação de um escritório do

¹⁵ Cita trabalho de J. V. Freitas Marcondes.

movimento “Economia e Humanismo”, do padre Lebret no Brasil, que lhe confiou a direção. Segundo Rios, esse foi o início de sua profissionalização. Por suas palavras: “Aos poucos fui me desvencilhando da advocacia e me livrando dos clientes, sem, é claro, chegar ao extremo de eliminá-los fisicamente”¹⁶.

Luiz Fernando Raposo Fontenelle

Luiz Fernando Raposo Fontenelle¹⁷ nasceu no Rio de Janeiro, no dia 22 de julho de 1929. O nome Fontenelle deve-se ao pai, oficial de marinha. A mãe era carioca, filha de músicos e artistas argentinos. A família Raposo e o seu ramo Cadete são oriundos de Portugal. Coursou o primário no Colégio Pitanga, de tendência religiosa e fez sua admissão, no quinto ano, para o Colégio Mallet Soares, na Rua Xavier da Silveira, em Copacabana. Concluiu o científico no colégio Andrews.

Viveu em Ipanema, no Rio de Janeiro, durante a II Grande Guerra, quando seu pai foi convocado para a base naval de Natal. À época, Fontenelle tinha 12 anos. Viveu o racionamento de produtos e conviveu com a atuação do pai na carreira naval. Passou parte de suas experiências da juventude no bairro de Ipanema, antes e depois das reformas de Carlos Lacerda, onde teve contato com sua futura esposa, Helena, desde a infância, na Rua Barão de Jaguaribe, onde ambos moravam.

A família de Fontenelle era composta de técnicos, engenheiros e militares. Por essa razão, seu pai desejava vê-lo formado engenheiro. Mas, Fontenelle buscou uma alternativa pela falta de "tendência para as matemáticas". Segundo ele, Era uma "tortura" estudar matemática, física e química, mesmo que auxiliado por um jovem protegido do pai. Logo manifestou interesse por História, Arqueologia e, em geral, pela área de Humanas, despertado pelas visitas ao Museu Nacional e por *História do Mundo para Crianças*, de Monteiro Lobato. Iniciou seus primeiros contatos com a leitura: o gibi, os livros de Karl May, Julio Verne; e a literatura nacional de Guimarães Rosa, Graciliano Ramos e Monteiro Lobato. Teve, ainda, a influência de Eremildo Viana, professor de História do Brasil no terceiro ano científico.

A entrada para a Faculdade de Direito na PUC em 1949 foi o "meio termo"

¹⁶ Entrevista.

¹⁷ As informações sobre fontenelle foram obtidas nas transcrições das entrevistas cedidas por ele aos pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz, Nísia Trindade Lima e Marcos Chor Maio, em 2008.

diante da impossibilidade de comunicar ao pai o interesse pela arqueologia e pela antropologia. A crítica à precariedade da faculdade e à figura do padre Bannwarth fez parte da sua experiência no direito. A esquerda na faculdade, segundo ele, era uma "pequena burguesia que não gostava de militares". Desse período, descreve suas andanças pela praia e as amizades em Copacabana e em Ipanema.

O cientista social como tradutor cultural

A influência das ciências sociais no SESP pode ser medida pelo peso das informações publicadas em seu periódico de circulação interna, o *Boletim do SESP*¹⁸, no qual aparecem em quase todos os editoriais que passaram a compor suas páginas a partir de 1953, ano em que foi reformulado, além de matérias sobre comportamento dos agente de saúde, ou reproduções de reportagens da grande imprensa. A matéria “Alfabetização e higiene”¹⁹, assinada por Paulo Mendes Campos e transcrita de O Diário, de Belo Horizonte, relata uma história ilustrativa sobre a educação rural:

Um médico do interior de Minas nos afirmava outro dia, em uma frase cheia de sentido, que a campanha de alfabetização é uma campanha de saúde pública. Contou-nos que a sua longa experiência com os problemas médicos e higiênicos do *Hinterland* brasileiro criaram-lhe a convicção de que ensinar a ler é melhorar o índice de longevidade do nosso povo, aumentar a sua capacidade de trabalho, evitar um sem numero de doenças.²⁰

Os artigos de Rios no boletim tentavam esclarecer sobre a função da educação na saúde pública e a forma correta de se realizar um bom trabalho de educação sanitária. Em “Informar e convencer”²¹, apresentava os equívocos e as incompreensões que, em geral, levavam a uma falha de comunicação entre os agentes de saúde e a população. Segundo ele:

O insucesso da técnica puramente informativa, que temos usado em nossos serviços, deriva do desconhecimento dessa realidade cultural autentica, que se desenvolveu nas nossas áreas rurais e que o isolamento tem preservado. A aceitação

¹⁸ O Boletim do SESP funcionava como uma espécie de manual de comportamento. Além de informar, desempenhava o papel de convencer os sespianos do modelo de saúde que se queria implementar.

¹⁹ *Boletim do SESP*, n. 32, março de 1953, p. 2.

²⁰ Idem.

²¹ *Boletim do SESP*, n. 35, junho de 1953, p. 5-6.

de praticas novas de higiene vai de encontro a uma força muito legitima, ligada ao próprio instinto de auto-preservação, que se chama inércia cultural.²²

Ao destacar os traços culturais, o autor busca demonstrar ao leitor a importância desse fator para que se estabeleça um programa eficiente de educação sanitária, para alcançar seu objetivo de transformar os hábitos e costumes arraigados no cotidiano das populações rurais pelas tradições culturais construídas por décadas de abandono do poder público. A função de tal conhecimento era a de ter elementos mais convincentes para a tarefa de convencimento sobre a necessidade dos hábitos de higiene. Para tanto, esclarece que:

O educador não vai trabalhar num material passivo. Vai trabalhar com homens que já têm idéias, hábitos, manias – como ele próprio. A primeira tarefa, portanto, é remover os obstáculos, é aplainar o caminho, é vencer as resistências. A informação vem depois, quando o educador já tiver criado um ambiente receptivo para a informação que vai distribuir.²³

O segundo artigo, “Ciências sociais e saúde pública”²⁴, chama atenção do médico, da enfermeira e do psicólogo, ligados ao serviço de saúde pública, sobre as atitudes extremas de se preterir ou supervalorizar o trabalho do cientista social, defendendo a organização social de comunidades como imperativo econômico e eficaz para se alcançar os desejados padrões sanitários. Nas suas palavras:

Através da organização social da comunidade e da sua estrutura local de liderança, o sanitarista pode, com maior eficácia, infundir na população rural novos hábitos e valores. O trabalho de grupo, a organização de comunidade e seus recursos são um excelente instrumento de modificação dos padrões de conduta sanitários no meio rural. Aqui, também, torna-se relevante a atuação do sociólogo, familiarizando o pessoal da unidade sanitária com essas técnicas educacionais que dizem muito de perto com a sua especialidade.²⁵

²² Idem.

²³ Ibidem.

²⁴ *Boletim do SESP*, n. 36, julho de 1953, p. 2.

²⁵ Idem.

A educação dos grupos

A metodologia de trabalho da educação sanitária, sob a influência dos pressupostos das ciências sociais, foi descrita no livro *A Educação dos Grupos*, de José Arthur Rios, publicado pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária. Passando pelas dinâmicas de grupo e das técnicas de organização de comunidades, o texto define as etapas do trabalho de educação nas comunidades, visando à consolidação dos serviços de saúde pública. O livro foi utilizado, sobretudo, na formação de auxiliares de saúde pública e nos cursos de serviço social, como descrito em entrevista, pelo autor.

Nos anos 50, seguindo uma tendência percebida na administração e no quadro de profissionais atuantes no SESP, as publicações passaram a contar com trabalhos desenvolvidos no país, realizados por autores brasileiros. É o caso do estudo do professor José Arthur Rios, publicado em *Educação dos grupos* e escrito após sua formação em cursos de saúde pública nos EUA e sua participação como coordenador na Campanha Nacional de Educação Rural. O livro, que serviu de referencial para os trabalhos de organização comunitária, desenvolvidos pelo Serviço SESP, foi fruto do trabalho que desenvolvia à frente da Seção de Pesquisas Sociais. Fazia parte de um conjunto bibliográfico publicado pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária, que incluía outros trabalhos de autores brasileiros, como descrito na imagem de sua contracapa.

A Educação dos grupos marcou o processo de formação do quadro de profissionais do SESP, formados em cursos de curta e média duração, voltados para os cargos auxiliares dos serviços de saúde implementados naquele período, tais como: visitadoras sanitárias, guardas sanitários, auxiliares de enfermagem, parteiras curiosas, etc. Influenciou, ainda, a produção de material didático – como folhetos, filmes, diafilmes, cartazes – e a estrutura e o currículo dos cursos – inclusive de cursos superiores, como o de Serviço Social –, bem como palestras proferidas, em alguns casos, pelo próprio autor.

Tratava-se de um manual de organização comunitária e orientava os agentes de saúde no trabalho de conhecer, estudar e convencer as populações rurais da importância dos serviços de saúde e da necessidade de adquirirem bons hábitos de higiene e princípios sanitários, segundo o que o SESP entendia ser correto naquele

momento. Indicava, também, o caminho do processo democrático de decisão e de organização das lideranças locais, como na ilustração abaixo, retirada do livro:

Como educar os educadores?

Como estratégia de trabalho, as seções de Pesquisas Sociais e de Educação Sanitária estabeleceram um processo de convencimento interno entre os agentes de saúde pública para que esse trabalho fosse assumido por todos os elementos das unidades sanitárias do SESP. Esse processo se desenvolveu, sobretudo, a partir de 1953, ano em que o *Boletim* teve sua redação assumida pela Seção de Educação Sanitária, transmitindo as teses do modelo de saúde que se queria construir. Modelo este que se considerava o mais moderno naquele momento e, também, a melhor maneira de desenvolver e modernizar o interior do país e redimir sua população doente e ignorante.

Considerações finais

Certamente, os princípios da educação sanitária surtiram na mentalidade de auxiliares, dos médicos, das enfermeiras, e, sobretudo, dos educadores uma determinada consciência sobre a ideia de promover a saúde daquela população que para eles não passava de pobres ignorantes. A introdução das ciências sociais forneceu à educação sanitária aplicabilidade social, na medida em que suas noções rompiam os limites da escola e passavam a assumir a organização comunitária como forma de atuação. Coube, assim, à essa prática o papel de consolidar a pesquisa social na dinâmica de atuação do SESP como modo de auxiliar na implementação de sua política de saúde pública. Assim, formando internamente seus agentes multiplicadores de acordo com esse modelo de saúde, o SESP poderia interferir nas práticas cotidianas da população rural, modificando seus hábitos e costumes, mudando sua cultura e seu modo de vida, construindo uma nova consciência sanitária.

As atividades de educação sanitária estavam afinadas não apenas com os objetivos de construir uma visão nova sobre a prática de promover saúde na população rural, mas também de construir a própria identidade do SESP. O que se evidenciou foi a pretensão de se cuidar, antes de tudo, da saúde da própria agência, na medida em que ela direcionou seus esforços para consolidar uma visão social da saúde pública.

No campo da saúde pública, as ciências sociais garantiram importante participação nos anos 50, sobretudo após a criação da Seção de Pesquisas Sociais. Estando diretamente relacionada às atividades de educação sanitária, a Seção, dirigida pelo sociólogo José Arthur Rios, contribuiu sobremaneira para a formulação de um novo perfil para os serviços do SESP, segundo o qual a saúde era o foco de um processo de transformação socio-cultural das comunidades rurais do país. Sua experiência, portanto, compunha uma série de ações com vistas ao desenvolvimento econômico e social de cada localidade a partir de ações educativas que mudariam seus hábitos e costumes a fim de garantir o bem-estar da população. A educação sanitária não apenas tornara-se o veículo para a formação da consciência sanitária nas populações rurais, a fim de minimizar a incidência de doenças e a mortalidade geral e infantil, como, também, desempenhou o papel de pensar e reformular o modelo de saúde a ser implementado.

Referencias bibliográficas:

- Campos, André L.V. “La expansión de la autoridad estatal y el Servicio Especial de Salud Publica en el Brasil, 1942-1960”. *Dynamis. Acta Hisp. Med. Sci. Hist. Illus.* 2005, 25, 227-256.
- Candeias, Nelly Martins Ferreira. “Evolução histórica da educação em saúde como disciplina de ensino na Faculdade de saúde Pública da Universidade de São Paulo – 1925 a 1967”. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 22(4): 347-65, 1988
- Castro Santos, Luiz Antonio de. “A reforma sanitária pelo alto: o pioneirismo paulista no início do século XX”. *Dados*, v. 36, n. 3, 1993, pp. 361-392.
- _____. “O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade”. *Dados*, v.28, n. 2, 1985, pp. 193-210.
- Corrêa, M. L. “O Ministério de Educação e Saúde”. In: Silva, Raul Mendes; Cachapuz, Paulo Brandi; Lamarão, Sérgio. (Org.). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro, 2004, v., p. 229-236.
- Fonseca, Cristina M^a Oliveira. “As propostas do SESP para educação em saúde na década de 50 – uma concepção de saúde e sociedade”. *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, 1(1): 51-8, 1989.
- Fontenelle, L.F.R. *Aimorés: análise antropológica de um programa de saúde*. Rio de Janeiro: DASP, 1959.
- Hochman, G. “A cultura da higiene em tempos de otimismo sanitário, democracia e desenvolvimento: Rio de Janeiro, Brasil – 1945-1964”. *Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia* (10:2005: Belo Horizonte). *Caderno de Resumos*. São Paulo: SBHC, 2005.

- Lima, Nísia T. e Carvalho, Maria A. R. “O argumento histórico nas análises de saúde coletiva”. In: *Saúde coletiva? Questionando a onipotência do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992, pp. 117-142.
- Lima, Nísia T. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999.
- Lima, Nísia Trindade. “O Brasil e a organização Pan-Americana da Saúde: uma história de três dimensões”. In: Finkelman, Jacobo (org.). *Caminhos da saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.
- Lima, Nísia Trindade et al (org.). *Uma escola para a saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- Lima, Nísia Trindade et al (org.). *Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- Maio, Marcos Chor. O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999.
- Maio, Marcos Chor; VILLAS-BÔAS, Gláucia (Orgs.). *Idéias de Modernidade e Sociologia no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- Miceli, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1989.
- Mustard, Harry. *Prática sanitária rural*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- Myrdal, Gunnar. Economic aspects of health. *WHO Chronicle*, Genève, n. 6, p. 203, 1952.
- Paternostro, Júlio. *Viagem ao Tocantins*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. (Coleção Brasileira, série 5, v. 248). Pierson, D. algumas atividades em prol da antropologia e outras ciências sociais. In: CORRÊA, M. (Org.). *História da antropologia no Brasil*. São Paulo: Ed. Unicamp, Vértice, 1987
- Pinheiro, T.X.A. Saúde pública, burocracia e ideologia: um estudo sobre o SESP, 1942-1974, 1992. Dissertação de mestrado, Natal: UFRN.
- Rios, Jose Arthur. *A educação dos grupos*. Rio de Janeiro: SNES, 1954.
- Rios, Jose Arthur. “A CNER: uma experiência em administração pública”. *Revista do Serviço Público*, mai. 1956, pp. 299-319.
- Rios, José Arthur. Ciências sociais e saúde pública. *Boletim do Sesp*, n.38, p. 2-3, set. 1953.
- _____. A saúde como valor social. *Boletim do Sesp*, n. 33, p. 2-3, abr.1953.
- _____. *Educação de grupos*. Rio de Janeiro: SNES, 1954.
- _____. O SESP e as ciências sociais (O). *Boletim do Sesp*, fev. 1945.
- Rocha, Heloisa Helena Pimenta. “A educação sanitária como profissão feminina”. *Cadernos Pagu*, São Paulo, (24), janeiro-junho de 2005, pp. 69-104.

- Rosen, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Unesp/Hucitec/Abrasco, 1994.
- Schall, Virginia. “Alfabetizando o corpo: o pioneirismo de Hortência Hollanda na educação em saúde”. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 15(sup. 2): 149-159, 1999.
- Seminário de Educação Sanitária. Relatório. Rio de Janeiro: SESP, 1956.
- Smillie, William. *Administração sanitária nos Estados Unidos da América*. Rio de Janeiro: SBH, 1949.
- Vilhena, Luís Rodolfo. Os intelectuais regionais: os estudos de folclore e o campo das ciências sociais nos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 125-150, 1996.
- Villas-Bôas, Gláucia. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- Wagley, Charles. *A study of man in the tropics*. New York: MacMillan, 1953.
- _____. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora USP, 1988.
- Willems, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil: estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- _____. *O problema rural do ponto de vista antropológico*. São Paulo: Secretaria da agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1944.
- _____. *Uma vila brasileira: tradição e mudança*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, [1947] 1961.